



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de dispositivos de sinalização viária, ao longo da Avenida Dr. Joel Rabello e do trecho da CMG-120 (km 648,6 a 650,4), em São Geraldo/MG, conforme o Convênio DER-30.063/2, celebrado entre o DER-MG e o Município de São Geraldo, atendendo às demandas do município, em conformidade com as normas vigentes e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNIT MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
01	<p>TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL – TACHÃO RETRORREFLETIVO, BI-INJEÇÃO DE PLÁSTICO ABS, RESISTÊNCIA: ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E ABRASIVA, FIXAÇÃO: 2 PINOS EXTERNOS ZINCADOS COM ROSCA ANCORADA E ADESIVO, LENTES RETRORREFLETIVAS DE PLÁSTICO ACRÍLICO, TIPO II (FACE VÍTREA), REFLETIVIDADE BIDIRECIONAL, CONFORME À ABNT NBR 14636 E ABNT NBR 15576:2013 – TRONCO PRISMÁTICO; MATERIAL: RESINA; MATERIAL: RESINA; CORPO AMARELO, REFLETIVOS AMARELOS;</p> <p>DIMENSÕES: 24 CM (COMPRIMENTO) X 15 CM (LARGURA) X 5 CM (ALTURA);</p> <p>RETRORREFLETOR: DISPONÍVEL NAS CORES AMARELO OU BRANCO, COM DIMENSÕES DE 13,5 CM X 3,5 CM;</p> <p>PINO DE FIXAÇÃO: 3/8" X 5 CM;</p> <p>PESO: 2,5 KG.</p> <ul style="list-style-type: none">GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO;APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE MARCA DE CONFORMIDADE ABNT	UNID	200	R\$ 38,61	R\$ 7.722,00
02	<p>TACHA RETRORREFLETIVA, BI-INJEÇÃO DE PLÁSTICO ABS, RESISTÊNCIA: ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA E ABRASIVA, FIXAÇÃO: PINO EXTERNO ZINCADO COM ROSCA ANCORADA E ADESIVO, LENTES RETRORREFLETIVAS DE PLÁSTICO ACRÍLICO, TIPO II (FACE VÍTREA), REFLETIVIDADE BIDIRECIONAL, CONFORME À ABNT NBR 14636 E ABNT NBR 15576:2013 – TACHA REFLETIVA BIDIRECIONAL (REFLETIVO NOS DOIS LADOS) AMARELA; TRONCO PRISMÁTICO; MATERIAL: RESINA; DIMENSÃO APROXIMADA: 10 X 10 X 2 CM; PINO DE FIXAÇÃO: 0,7 X 5,0 CM; PESO APROXIMADO: 250G.</p> <ul style="list-style-type: none">FORNECER GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO;APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE MARCA DE CONFORMIDADE ABNT.	UNID	300	R\$8,33	R\$ 2.499,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



03	COLA ADESIVA ESTRUTURAL BICOMPONENTE – COLA PARA FIXAÇÃO DE DISPOSITIVOS AUXILIARES PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL: ADESIVO BI-COMPONENTE INSATURADO À BASE DE RESINAS POLIESTER, COM CARGAS MINERAIS NÃO REATIVAS; VALIDADE MÍNIMA DE 90 DIAS A CONTAR DA FABRICAÇÃO; <ul style="list-style-type: none">• CADA LATA DE COLA DEVERÁ VIR ACOMPANHADA POR CATALISADOR (10 ML CADA) (AGENTE ENDURECEDOR QUE DEVE SER MISTURADO AO ADESIVO, MOMENTOS ANTES DA APLICAÇÃO); SECAGEM: 15 MINUTOS;• O FORNECIMENTO DA COLA DEVERÁ SER FEITO EM LATAS DE 1KG CADA. (QUANTIDADE POR LATA: 1KG);• FORNECER GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO;• APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE MARCA DE CONFORMIDADE ABNT.	KG	60	R\$ 35,25	R\$ 2.115,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO: DOZE MIL, TREZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS				R\$ 12.336,00

- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contado da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.3. O licitante ao cadastrar sua proposta não deverá se identificar na plataforma até o final da fase de lances, sob pena de desclassificação do certame. (Ex: Nos campos Marca/Modelo/Fabricante utilizar o termo “PRÓPRIO (A)”.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação de empresa especializada para o fornecimento dos dispositivos de sinalização, objeto deste termo de referência, visa aprimorar a sinalização viária, de modo integrado e utilizando métodos eficazes, como a instalação de tachas e tachões viários conforme pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar (ETP). O objetivo da presente contratação é o fornecimento de dispositivos de sinalização viária que contribuam para a organização do tráfego, aumentando a segurança de motoristas, ciclistas e pedestres. A instalação de tachas e tachões viários visa melhorar a visibilidade das vias, especialmente em condições de baixa luminosidade, reduzindo riscos de acidentes e promovendo a fluidez no trânsito.
- 2.2. A necessidade da contratação fundamenta-se no compromisso do município no aprimoramento da sinalização horizontal por meio de dispositivos refletivos permite melhor orientação dos condutores, delimitando áreas de circulação de maneira clara e objetiva.
- 2.3. Além disso, a utilização de tachas e tachões viários atende às exigências de segurança estabelecidas pelas normas técnicas aplicáveis, contribuindo para a redução de colisões e atropelamentos, principalmente em trechos de alto fluxo, curvas acentuadas. Dessa forma, a contratação busca suprir essa demanda essencial para o planejamento e manutenção da infraestrutura viária do município.
- 2.4. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, tendo em vista que em razão da transição da vigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a revogação das legislações dispostas no art. 193 do referido diploma legal, apenas em 30 de dezembro de 2023, e tendo o Município optado pela utilização das lei revogadas até a data de suas revogações, não houve a obrigatoriedade da elaboração do PCA.
- a) Embora não esteja previsto no PCA, o objeto dispõe de previsão orçamentária para a efetiva contratação.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. Que sejam observados os requisitos propostos nas normas técnicas vigentes;
- 4.3. Que os produtos, materiais e equipamentos a serem utilizados devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.4. Que os produtos a serem utilizados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). A Diretiva RoHS se aplica a produtos com componentes eletrônicos, como LEDs, circuitos e baterias, exigindo que estejam livres de substâncias perigosas, como mercúrio, chumbo, cádmio e cromo hexavalente.
- 4.5. Tachas e tachões refletivos simples, feitos apenas de plástico, vidro, cerâmica ou alumínio, não estão sujeitos diretamente à RoHS. No entanto, normas ambientais podem restringir o uso de metais pesados nesses materiais. Já os modelos com LEDs ou circuitos eletrônicos devem atender à RoHS e garantir conformidade com os limites estabelecidos para substâncias perigosas.
- 4.6. Ainda para a presente contratação deve-se obedecer os critérios de sustentabilidade dispostos no Decreto Federal nº 7.746/2012.
- 4.7. Considerando-se o art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, a contratada deverá, sempre que possível, adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:
- a) utilizar materiais e processos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água e, em adição a esta norma, que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, além de adotar medidas que evitem o seu derramamento no meio ambiente;
 - b) preferencialmente, utilizar materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - c) utilizar materiais e equipamentos que proporcionem maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - d) empregar, preferencialmente, sempre que possível, mão de obra local;
 - e) utilizar materiais e/ou equipamentos que apresentem maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - f) empregar o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - g) utilizar recursos naturais de origem sustentável.
- 4.8. A contratada deverá apresentar a comprovação dos requisitos dispostos acima mediante apresentação de CERTIFICADO DE MARCA DE CONFORMIDADE ABNT, conforme as exigências deste Termo de Referência, conforme preconiza a Lei 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 4.9. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada, conforme artigos 59 e 67 da Lei 14.133/2025.

Subcontratação

- 4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Vistoria

- 4.12. Nesta contratação, não será necessária a realização de vistoria técnica prévia, considerando que os requisitos técnicos para o fornecimento dos dispositivos de sinalização viária já estão devidamente especificados no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e seguem as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).
- 4.13. O fornecedor será integralmente responsável por garantir que os materiais entregues estejam em conformidade com as exigências contratuais, assegurando qualidade, durabilidade e adequação dos produtos para a sinalização viária. Caso sejam identificadas irregularidades nos dispositivos durante a entrega, instalação ou uso, a empresa contratada deverá providenciar a substituição ou correção no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a notificação, sem custos adicionais para a administração pública, garantindo o cumprimento das especificações e a plena funcionalidade da sinalização viária e execução integral das condições pactuadas.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá as seguintes diretrizes:
- 5.2. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias a partir da data da assinatura do contrato ou do recebimento da Ordem de Serviço, conforme definido em cláusula específica;
- 5.3. A execução do objeto desta contratação seguirá o modelo de fornecimento direto, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência.
- 5.4. Os materiais adquiridos deverão atender integralmente às exigências das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), garantindo qualidade, segurança e eficiência na sinalização viária.
- 5.5. O produto deve atender integralmente à ABNT NBR 15.576:2013, NBR 14636 e demais normas técnicas aplicáveis.
- 5.6. Deve possuir Certificado de Marca de Conformidade ABNT.
- 5.7. O material deve ser resistente ao tráfego intenso de veículos leves e pesados, sem deformações ou desprendimentos prematuros.
- 5.8. Deve possuir proteção contra intempéries (chuva, raios UV e variações de temperatura), garantindo durabilidade e manutenção da cor e retrorrefletividade.
- 5.9. O refletor deve ser resistente à abrasão e desgaste, assegurando alta visibilidade mesmo em condições climáticas adversas. A tacha pode ser fabricada em resina poliéster, plástico ABS ou até mesmo em alumínio, e possuir dois parafusos de fixação na parte inferior. As tachas retrorrefletivas com bi-injeção de plástico ABS, proporcionam grande capacidade de resistência mecânica e abrasiva, tornando-se um produto de alta durabilidade. Seu pino externo, com rosca ancorada e zincado, quando fixado junto ao adesivo, garante uma melhor fixação da peça no solo.
- 5.10. O fornecedor deve apresentar autorização de órgão competente para comercialização de materiais de sinalização de trânsito.
- 5.11. Deve ser fornecida garantia mínima de 24 meses contra defeitos de fabricação.
- 5.12. O fabricante deve estar autorizado a fornecer o material para sinalização viária.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.13. 6. Embalagem e Transporte

5.14. O material deve ser adequadamente embalado para evitar danos durante o transporte e armazenamento.

5.15. O fornecedor deve garantir entrega no local indicado, conforme cronograma da administração pública.

5.16. A conferência e a coleta dos materiais serão realizadas pela equipe responsável da Prefeitura, que verificará se os produtos entregues estão de acordo com as condições previstas no contrato. Caso sejam identificadas irregularidades ou descumprimento das especificações técnicas, a empresa fornecedora será notificada para providenciar a substituição ou adequação dos itens entregues, sem custos adicionais para a Administração Pública.

5.17. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.17.1. Aplicação de produtos em períodos estabelecidos neste instrumento.

5.17.2. Acompanhamento das aplicações e seus efeitos.

5.17.3. Responsabilidades da Contratada

5.17.4. Para a perfeita execução do fornecimento, a CONTRATADA deverá garantir que os tachas e tachões de sinalização viária atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas no contrato, observando as normas da ABNT e do CONTRAN, bem como os requisitos de durabilidade, resistência e refletividade necessários para a sinalização eficiente das vias.

5.17.5. Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta

5.17.5.1. A formulação da proposta comercial deverá considerar as seguintes diretrizes e características da demanda do órgão contratante:

5.17.5.2. O fornecimento das tachas e tachões viários atenderá às áreas previamente definidas, com entrega realizada 10 (dez) dias corridos após o envio da ordem de compra.

5.17.5.3. O valor unitário dos materiais corresponderá ao valor apurado no certame, refletindo o fornecimento completo no período contratado, incluindo trocas de itens avariados pelo transporte, armazenamento ou defeitos de fabricação. Nenhum custo adicional delegado à CONTRATANTE, independente das condições de frete, substituições ou perda ou extravio de mercadoria. A responsabilidade pela entrega em perfeitas condições será integralmente da CONTRATADA, que deverá arcar com quaisquer custos relacionados a reposição e ajustes necessários.

5.6.8. A entrega dos tachas e tachões deverá ser realizada concomitantemente com a cola adesiva necessária para a fixação dos dispositivos no solo pavimentado, considerando que o adesivo funciona com catalisador e deve ser aplicado no momento da instalação. Não será aceita a entrega parcial da cola adesiva, uma vez que a quantidade fornecida deverá ser exata para a instalação de todos os dispositivos conforme especificado no contrato.

5.6.9. Possíveis reposições e ajustes decorrentes de desgaste prematuro ou falhas de fabricação deverão estar inclusos no preço ofertado, garantindo que os dispositivos fornecidos mantenham a eficácia e a segurança da sinalização viária ao longo da vigência do contrato, sem custos adicionais para a Administração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.18. O preço ofertado deverá incluir todas as despesas indiretas, tais como encargos trabalhistas, tributos, transporte, embalagem, seguro, entre outros custos necessários para garantir a entrega dos materiais conforme especificado no contrato.

5.19. Os parâmetros de qualidade e especificações dos itens devem obedecer o disposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.20. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução dos serviços.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, por meio de instrumentos de controle. (art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pelo público usuário.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (art. 117, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. (art. 117, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Fiscalização Administrativa

- 6.14. O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos referentes as obrigações previdenciárias, fiscais e/ou trabalhistas, e outros aspectos acessórios à execução do objeto, como também quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

Gestor do Contrato



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 6.15. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, realizando verificações periódicas conforme cronograma estabelecido, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor designado para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, conforme Lei 14.133/2021.

7. DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não atender aos resultados acordados;

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida o fornecimento contratado;

7.2. A indicação do Gestor, Fiscal e de seus substitutos caberá ao Secretário da Pasta.

7.3. A Gestão do Contrato será realizada pela Secretaria solicitante do órgão contratante.

7.4. A Fiscalização será coordenada pela Secretaria solicitante e realizada por servidor(es) designado(s) por meio de portaria para a fiscalização.

7.5. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais.

7.6. Em caso de eventuais necessidades de modificações no quadro de gestores e fiscais do contrato, o ato será formalizado por meio de portaria desta instituição.

7.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor designado para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

7.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7.9. O fornecimento deverá ser executado com base nos parâmetros mínimos estabelecidos.

7.10. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, parâmetros para medição dos resultados, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Administração, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

7.11. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.

7.12. São indicadores básicos de avaliação do fornecimento:

7.12.1. Pontualidade na entrega;

7.12.2. Qualidade dos produtos, conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e neste instrumento;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.12.3. Conformidade com o pedido expresso na Ordem de Compra emitida pelo setor de compras do município;
- 7.12.4. Suporte e assistência técnica fornecidos pela contratada;
- 7.12.5. Conformidade com os preceitos de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

- 7.12.6. Pontualidade e qualidade dos equipamentos fornecidos, bem como substituição e manutenção quando necessário;
- 7.12.7. Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- 7.12.8. Cumprimento de obrigações contratualmente estabelecidas;
- 7.12.9. Cumprimento de determinações e notificações.

Do recebimento

- 7.13. O recebimento provisório dos materiais ficará a cargo do fiscal técnico ou administrativo, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver.
- 7.14. O recebimento provisório e definitivo dos materiais deve ser realizado em consonância com as regras definidas no ato convocatório.
- 7.15. Ao realizar o recebimento dos materiais, o órgão ou entidade deve observar o princípio da segregação das funções.
- 7.16. Os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 7.17. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.18. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.19. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.20. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.21. Para efeito de recebimento provisório, ao final da avaliação das especificações dos itens entregues, o fiscal técnico do contrato irá apurar o quantitativo entregue, as condições de armazenamento das embalagens, data de fabricação da cola adesiva e prazo de validade, para efetuar o redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.21.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.21.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de fornecimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.21.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 7.21.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.21.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.22. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.23. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.28. O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.29. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.29.1. O prazo de validade;
- 7.29.2. A data da emissão;
- 7.29.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.29.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.29.5. O valor a pagar;
- 7.29.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, podendo ser suspensos, sem prejuízo de rescisão do contrato, caso o contratado não possua situação regular junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.32. Conforme entendimento da Controladoria do Município de São Geraldo, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Art.36 DECRETO Nº 388/2023 DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 e também dos artigos: 40 inciso I; Art.49; Art.92 incisos V, VI; Art.141 e seus incisos e parágrafos e por fim Art. 146 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, além de levarem em consideração a LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, conforme seção anterior.
- 7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.34. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.35.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, sendo o Decreto Municipal nº 257/2023 que dispõe sobre a retenção do imposto de renda incidente na fonte sobre os pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços por órgãos e entidades do poder executivo municipal e dá outras providências.
- 7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O contratado será selecionado por meio de procedimento de PREGÃO, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o julgamento da proposta será baseado no critério de MENOR PREÇO GLOBAL.
- 8.2. O fornecedor deverá apresentar catálogo detalhado dos produtos a serem fornecidos, contendo informações sobre especificações técnicas, modelos, dimensões, cores, capacidade de suporte de carga e demais características relevantes, em conformidade com as normas técnicas vigentes, a fim de garantir a adequada execução do objeto contratado.
- 8.3. A contratação de empresa especializada visa ao fornecimento de dispositivos de sinalização viária ao longo da Avenida Dr. Joel Rabello e do trecho da CMG-120 (km 648,6 a 650,4), no município de São Geraldo/MG, conforme o Convênio DER-30.063/2, celebrado entre o DER-MG e o Município de São Geraldo, com o objetivo de atender às demandas do município, em total conformidade com as normas vigentes.

Regime de execução

- 8.1. O regime de execução do contrato será **por fornecimento integral**. A entrega dos dispositivos de sinalização viária deverá ocorrer no local indicado pela Administração Municipal, dentro do prazo previsto no contrato, sem possibilidade de parcelamento ou entregas fracionadas, salvo previsão expressa em cláusula contratual.

Exigências de habilitação

Habilitação Jurídica



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 8.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.3. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.5. **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da Sociedade Simples ou Empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.8. **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.
- 8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.13. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021);

Qualificação Técnica:

- 8.20. Certificado de Marca de Conformidade ABNT, em plena validade.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 12.336,19 (doze mil, trezentos e trinta e seis reais e dezenove centavos).

Adequação Orçamentária

- 9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de São Geraldo.

São Geraldo/MG, 19 de fevereiro de 2025.

Maicon Fernando Domingues da Silveira
Setor de Trânsito